

Escassez e fartura na rede municipal de escolas

Nos estabelecimentos do Estado do Rio, o dinheiro começa a chegar mas ainda de forma irregular e com muitas restrições

Cássia Almeida

• Os 1.346 alunos da Escola Municipal Bertha Lutz, em Pedra de Guaratiba, tiveram dois bons motivos para participar da festa de fim de ano do colégio: a confraternização e, principalmente, a chegada de dois computadores pentium ligados à Internet, dois videocassetes, televisão com antena parabólica, ar-condicionado e uma máquina de xerox. A mesma felicidade não tiveram os 720 alunos do Ciep de Ipanema, outra escola municipal que funciona em horário integral. Não conseguiram receber as carteiras que faltam, ventiladores, geladeira, fogão industrial, playground nem os tão sonhados computadores.

Fundo rotativo libera verbas periódicas de R\$ 1.866

Mas uma conquista foi estendida a todas as 1.033 escolas do município: o fundo rotativo. Por meio dele, os diretores podem receber uma verba de R\$ 1.866 para pequenos reparos e material de consumo. A quantia é o limite para dispensa de licitação, que não pode ser feita pelas escolas. Esse instrumento vem salvando os diretores de meses de espera, comum anos atrás, por papel higiênico, papel, livros e consertos. A professora Maria das Mercês Navarro Macedo conta que numa escola municipal em Campo Grande existia uma cota de conforto paga por todos os professores. Esse dinheiro destinava-se à compra de papel higiênico, sabonete e café.

— O dinheiro do fundo rotativo é usado muitas vezes para suprir a escola de material de limpeza. Mas o pior é não podermos comprar material permanente com

esse dinheiro — reclama Tânia Novo, diretora eleita do Ciep de Ipanema há seis anos.

Material permanente como os ventiladores, por exemplo, são fundamentais para o Ciep, já que a escola é toda de concreto e o calor do verão poderá ser mais um motivo de evasão, que lá chega a 20%. Os problemas sociais, contudo, são os que mais afastam os alunos da escola.

— Trabalhamos com as comunidades de Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, Vidigal e Rocinha. Nessas locais, as crianças precisam cuidar dos irmãos, enquanto a mãe trabalha. Ou precisam trabalhar também. Muitas vezes, a violência doméstica empurra as crianças para a rua, que acaba tirando o aluno da escola — conta Tânia.

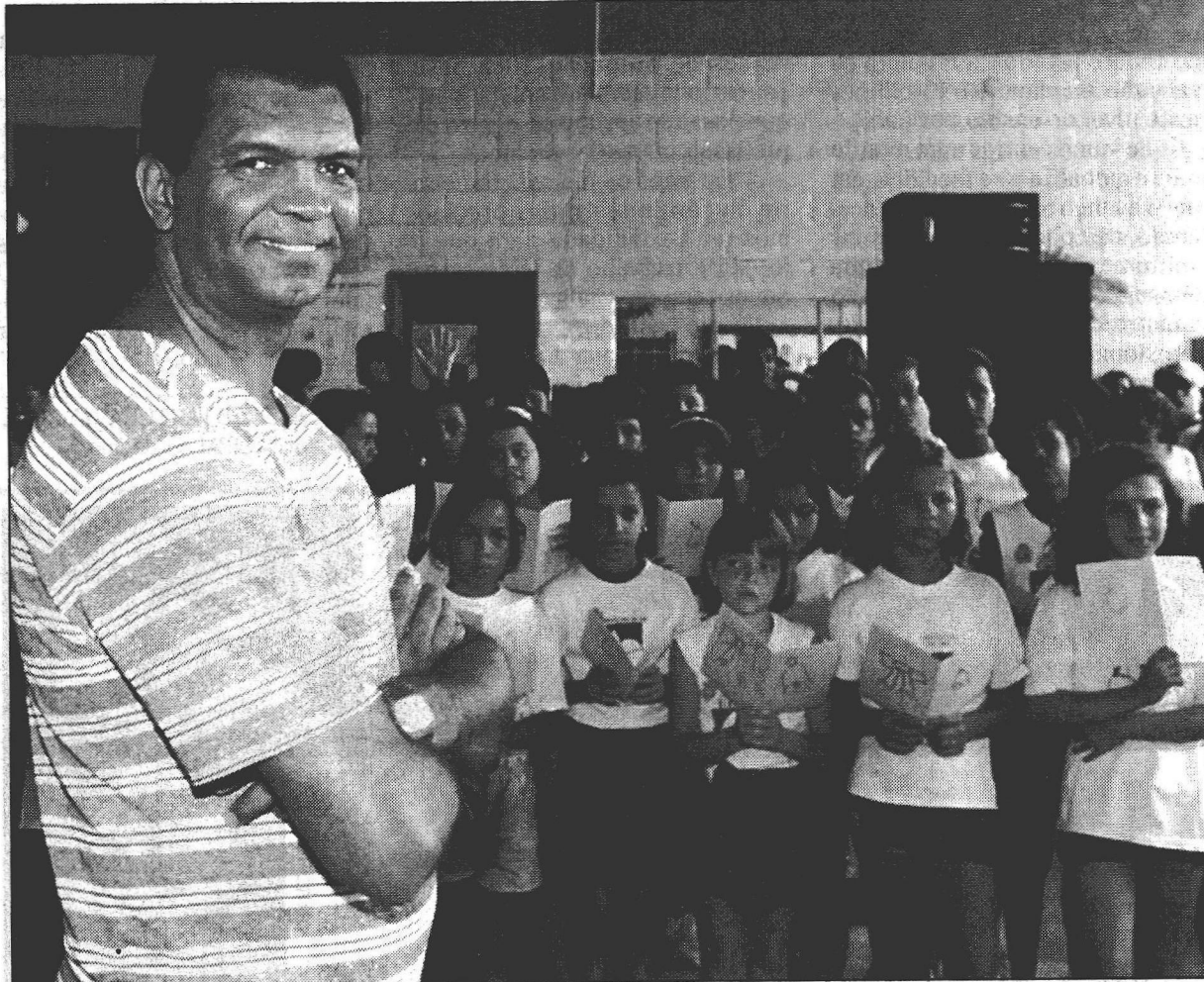
Repetência crônica reflete o drama social dos alunos

A repetência crônica é outra consequência dessa situação. Há adolescentes de 14 anos na segunda série do Ciep de Ipanema. Até a Escola Bertha Lutz, com Internet e tudo, registrou no ano passado 26% de repetência.

— Temos um aluno que já repetiu a primeira série quatro vezes — conta José Mauro da Silva, diretor da Bertha Lutz há um ano.

Ele também convive com os problemas sociais em Pedra de Guaratiba, principalmente desemprego e alcoolismo dos pais. Essa situação afasta a família da escola, levando junto o aluno.

Mas a atenção com os dramas sociais das crianças precisa ser dividida com a burocracia financeira das escolas municipais, que começa no fim de cada ano letivo. Nesse momento é feito um levanta-



JOSÉ MAURO DA SILVA, diretor da Bertha Lutz, e alunos na festa de fim de ano: computadores e ar-condicionado

tamento com pedido de material permanente, didático, de limpeza e, também, as reformas maiores que o prédio necessitar. Esse levantamento é enviado aos conselhos regionais, que providenciam as licitações.

O material é entregue conforme a disponibilidade da Secretaria Municipal de Educação, que gastou este ano com cada aluno R\$ 900, de acordo com Luiza Vaz, assessora técnica de Planejamento.

Além disso, o processo também é rápido quando é necessário alguma obra urgente.

Mas a rapidez nas emergências não é observada na liberação de recursos para uma obra maior. Tânia Novo pede uma reforma geral no prédio desde 1990. O último andar já está desativado, e ela não sabe quando a reforma será feita. O dinheiro do fundo rotativo só dá para pequenos reparos. Para consegui-lo, o diretor faz o

requerimento ao conselho regional e dentro de 15 dias a um mês, o dinheiro é depositado na conta da escola. Para conseguir nova verba, o diretor precisa prestar conta de 80% dos gastos. Normalmente, cada escola recebe quatro verbas do fundo por ano.

Na rede estadual, que compreende 2.304 escolas, a medida para reduzir a burocracia financeira foi oferecer autonomia às escolas. Esse expediente permite que

os diretores recebam as verbas federais diretamente nas contas correntes. O sistema foi implantado em meados do ano passado e, para se declarar autônoma, deve ser criada uma Associação de Apoio à Escola, formada por alunos, pais, professores e direção.

Mas há um problema: não se sabe quanto nem quando vai se receber o dinheiro. Valéria Pinheiro, diretora do Colégio Estadual Antônio Prado Junior há cinco anos, recebeu R\$ 10.500 em agosto e R\$ 21 mil em setembro.

— Temos prazo até hoje (sexta-feira) para gastar essa verba, senão ela precisa ser devolvida. O problema é que não sabemos quando chegará mais dinheiro.

Ano letivo começou com 47 professores a menos

Por não saber qual a data em que o dinheiro chega, Valéria foi obrigada a manter a escola, de outubro de 1995, quando obteve autonomia, até agosto deste ano, com dinheiro obtido com rifas, caixa escolar e cantina.

Outro problema enfrentado por Valéria, que administra um colégio com 2.400 alunos do Segundo Grau, foi a falta de professores. O ano letivo começou com 110 profissionais, quando eram necessários 157. Somente no segundo bimestre a situação se regularizou, quando a Secretaria Estadual autorizou os professores a fazer hora extra.

Os contracheques ajudam a explicar a evasão de professores. Valéria ganha R\$ 740 mensais por mais de 12 horas de trabalho diário. O mestrado não ajudou Luiz Carlos da Silva, professor de espanhol e literatura, que ganha R\$ 246,97 por 16 horas semanais. ■

Marco Antonio Cavalcanti